

AMBIÇÃO POLÍTICA, PERFIS DE CARREIRA E REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS: O CASO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG)

Anne Karoline Rodrigues Vieira ¹

Resumo: Este trabalho tem como foco a análise da ambição política dos deputados presentes nas 11ª e 17ª legislaturas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que representavam descritivamente os seguintes grupos subalternos: mulheres, negros e trabalhadores subqualificados. Essa análise da ambição dos deputados se deu a partir do exame da trajetória política adotada pelos mesmos, considerando tanto as eleições seguintes aos mandatos como deputados, como eleições mais distantes das legislaturas estudadas. Para tal, partiu-se, inicialmente, de uma análise do perfil dos deputados mineiros, com o objetivo de confirmar o pressuposto de que a escolha por perfis de carreira política específicos e barreiras para candidatura e eleição acabam excluindo e/ou marginalizando mulheres, negros e trabalhadores subqualificados, conseqüentemente esses grupos estariam sub-representados na ALMG. Além disso, foi realizada a análise do perfil desses políticos relacionando-os com o espectro ideológico dos partidos presentes nessas duas legislaturas. Percebe-se que, mesmo com uma pouca presença desses deputados que representam grupos subalternos, os mesmos possuem, em sua maioria, uma ambição estática. Contudo, a ambição progressiva também está presente entre esses políticos, mesmo que em número menor quando comparada com a ambição estática.

Palavras chave: ALMG; Ambição política; Grupos subalternos; Perfis de carreira

Recebido em: 20/06/2018

Aceito em: 09/05/2019

¹Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília - UnB. Mestre em Ciência Política – UnB. Graduada em Ciências Sociais – Unimontes. Membro do grupo de pesquisa Resocie – Repensando as relações entre sociedade e estado. Bolsista CAPES. E-mail: annervieira@gmail.com

POLITICAL AMBITION, CAREER PROFILES AND MINORITY REPRESENTATION: THE CASE OF THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF MINAS GERAIS (ALMG)

Abstract: This paper focuses on the analysis of the political ambition of the deputies present in the 11th and 17th legislatures of the Legislative Assembly of Minas Gerais, who descriptively represented the following subaltern groups: women, blacks and underqualified workers. This analysis of the ambition of the deputies occurred from the examination of the political trajectory adopted by them, considering both the elections following the mandates as deputies, as elections more distant from the studied legislatures. To this end, it was initially based on an analysis of the profile of the deputies from Minas Gerais, in order to confirm the assumption that the choice of specific political career profiles and barriers to candidacy and election end up excluding and/or marginalizing women, blacks and underqualified workers, consequently these groups would be underrepresented in the ALMG. In addition, an analysis was made of the profile of these politicians relating them to the ideological spectrum of the parties present in these two legislatures. It is observed that even with the small presence of these deputies representing subordinate groups, most of them have a static ambition. However, progressive ambition is also present among these politicians, even if in smaller numbers compared to static ambition.

Key-words: ALMG; Political ambition; Subaltern groups; Career Profiles

Introdução

Como afirma Williams (1998), quando grupos historicamente marginalizados são sub-representados nos legislativos, os cidadãos, que são membros desses grupos, não têm suas demandas adequadamente representadas. Isso mostra que existem barreiras para a inclusão, provando que a igualdade matemática do voto não dá conta da expressão da pluralidade no corpo legislativo. Barreiras partidárias, financeiras e de recrutamento na política mostram que a competição eleitoral não está pautada no pressuposto da igualdade entre os grupos. Dessa forma, para se pensar em uma representação proporcional da sociedade, devem ser considerados esses obstáculos que podem impedir os cidadãos a uma participação ativa na política, principalmente aqueles desfavorecidos econômica e culturalmente.

Levando isso em consideração, este trabalho busca analisar a trajetória política dos deputados que representam descritivamente os grupos subalternos, objetivando perceber se a teoria que versa sobre a ambição política, a qual postula que os políticos possuem ambição progressiva, também se enquadra a esses deputados, ou se obstáculos percebidos tanto no recrutamento quanto na competição eleitoral – os quais esses deputados superaram por estarem presentes no legislativo mineiro – também influenciam na tentativa da busca por cargos mais altos ou até mesmo para a reeleição – ambição estática. Desta forma, o foco deste trabalho é o exame da ambição dos deputados estaduais mineiros que representam descritivamente minorias sociológicas – tais como mulheres, negros e trabalhadores subqualificados – na 11^a (1987 - 1990) e na 17^a (2011 - 2014) legislaturas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG. A escolha dessas legislaturas se justifica porque a 11^a legislatura foi a primeira composta após a ditadura militar, com uma abertura, mesmo que temporária, do campo político para novos atores. A 17^a legislatura se justifica, pois caso se focasse nas legislaturas mais atuais – a 18^a e 19^a – não seria possível explorar a trajetória dos deputados após as mesmas, algo importante para determinar a ambição política, além disso, quando a pesquisa foi finalizada, a 18^a legislatura não tinha sido encerrada e a 19^a ainda não tinha sido eleita. A escolha dessas legislaturas também se dá com o objetivo de analisar os deputados em períodos temporais distintos.

Para alcançar tal objetivo, primeiramente é apresentada uma discussão sobre padrões de carreiras, para mostrar como a seleção de determinados perfis para concorrer às eleições acabam excluindo alguns grupos sociais dos espaços legislativos, neste caso das 11^a e 17^a legislaturas da ALMG. Além disso, tenta-se perceber se existe alguma tendência de seleção entre os partidos que compuseram as legislaturas estudadas, uma vez que a literatura da área aponta que partidos de esquerda apresentam maiores oportunidades para que membros de grupos subalternos sejam candidatos e possam vencer as eleições. Desta forma, acredita-se que mulheres, negros e pessoas em profissões subqualificadas estejam, em sua maioria, nos partidos categorizados como de esquerda.

O artigo se divide da seguinte forma: na primeira parte, será apresentada como a literatura sobre carreira política trata sobre os padrões de carreira comumente vistos no campo político. Isso será relacionado ao fato de que alguns grupos sociais acabam sendo pouco representados

nos espaços de decisão política, por terem dificuldades de ultrapassar as barreiras impostas para a candidatura e, também, para a eleição. Dessa forma, será apresentado o perfil das duas legislaturas da Assembleia mineira que comprovam a pouca presença de negros, mulheres e profissionais de ocupações que exigem pouca qualificação. Posteriormente, esse perfil será relacionado com os partidos políticos, objetivando perceber se partidos de esquerda apresentam um perfil considerado mais popular. Em seguida, serão selecionados aqueles deputados que conseguiram ultrapassar as barreiras de recrutamento e eleição e estavam presentes nas duas legislaturas, alvos do estudo, apresentando como se dá a ambição política para aqueles que representam descritivamente grupos subalternos. Por fim, será realizada a apresentação das considerações finais deste trabalho que versam sobre os dados obtidos através da pesquisa realizada.

2. Perfis de carreira e exclusão de grupos sociais

O recrutamento, que determina a eleição de candidatos e, conseqüentemente, a composição dos parlamentos, pode condicionar a composição de elites políticas e as relações entre cidadãos e representantes (Norris, 2007). Mosca, Pareto e Michels já sinalizavam para o fato de que cidadãos normais e trabalhadores teriam dificuldades para serem parte das elites governantes – para Pareto, o distanciamento entre representantes e representados era algo natural, e para Mosca e Michels seria uma tendência inevitável. Essa restrição ao acesso tem conseqüências e pode, segundo Norris (2007), diminuir a estabilidade da democracia representativa. Para a autora, o

[...] processo de recrutamento pode ser entendido como um componente central no sistema político, com significativas conseqüências para os partidos, as elites políticas e a representação democrática. As trocas nos sistemas legais, eleitorais, de partido e nas estruturas de recrutamento podem ter efeitos significativos na composição social das legislaturas como no seu funcionamento (Ibid: 177)².

Indo na mesma direção, Gaxie (2012: 165) coloca que a probabilidade de exercer um poder político aumenta quanto mais alta for a posição social do indivíduo. Isso fornece, segundo o autor, uma imagem invertida da estrutura social, incentivando aqueles que estão no topo da hierarquia social a entrarem na competição política. Assim, cabe “[...] deixar o livre jogo da concorrência política agir para que agentes privilegiados pelas hierarquias sociais se apossessem das posições de poder político e assim reforcem a supremacia social e a autoridade política que a marca” (Ibid:

² Tradução livre do espanhol: “[...] *el proceso de reclutamiento puede ser entendido como un componente central en el sistema político, con significativas consecuencias para los partidos, las élites políticas y la representación democrática. Los cambios en los sistemas legales, electorales, de partido y en las estructuras de reclutamiento pueden tener efectos significativos tanto en la composición social de las legislaturas como en su funcionamiento*” (NORRIS, 2007: 177).

166). Analisando o caso brasileiro, Marengo (1997: 2) coloca que “[...] os representantes constituem um círculo mais ou menos restrito de iniciados, que monopolizam as oportunidades de acesso às cadeiras parlamentares, permanecendo nos postos públicos por longos períodos”, mostrando que, no país, o perfil elitista dos legislativos também é percebido.

Após pesquisa voltada para determinar mudanças nos padrões de recrutamento parlamentar em um período de cinco décadas, Marengo (1997) conclui que “[...] A experiência política oferece uma medida do grau em que os representantes constituem um círculo mais ou menos restrito de iniciados, que monopolizam as oportunidades de acesso às cadeiras parlamentares, permanecendo nos postos públicos por longos períodos”. O que revela a quão rígida é a elite nacional em relação a mudanças. Nessa sedimentada classe política, como coloca o autor, o tempo para que um político saia do primeiro posto e chegue à Câmara dos Deputados é longo. Isso reforça o que Gaxie (1993) já apontava, de que a progressão hierárquica é lenta.

Contudo, Miguel (2003) revela que a porcentagem de políticos que chegam na Câmara dos Deputados tendo uma carreira longa anterior está em declínio, podendo-se afirmar a existência de uma renovação parlamentar entre aqueles que até então eram estranhos ao campo, mostrando a permissividade do recrutamento político. Esse alto índice de renovação é explicado, segundo o autor, pelo sistema eleitoral e a fragilidade do sistema partidário brasileiro.

Muitos, inclusive, vem de uma carreira em nível municipal, o que demonstra que esses ultrapassaram outros que estavam em um plano superior na carreira (Marengo, 1997). Com isso, “Expressivas taxas de renovação têm ampliado as oportunidades para o ingresso de candidatos estranhos ao campo político, dotados de escassa experiência pública e precários vínculos partidários” (Ibid: 11). Contudo, para Marengo (1997), os quadros políticos ainda são oligarcas pois não contam com representantes com perfil ideológico nítido e vínculo com movimentos sociais.

As barreiras enfrentadas para entrar na arena política podem variar entre homens e mulheres, negros e brancos, profissionais liberais e os menos qualificados, mesmo que aqueles que representem grupos subalternos estejam em camadas sociais e economicamente mais elevadas. Isso é comprovado por Fox e Lawless (2012) no caso das mulheres, levando os autores a afirmarem que mesmo não existindo um viés de gênero institucionalizado no sistema político, que impeça que as mulheres tenham acesso a esse espaço, a presença delas ainda é bastante escassa. Ao analisar candidatos negros, mesmo nos casos em que o número deles equivale ao da população negra nas cidades estudadas, Campos e Machado (2015) afirmam que a maioria desses candidatos não possui a possibilidade de serem eleitos, pois não se encontram nos estratos políticos-eleitorais mais elevados que atrairão os eleitores e, logo, permitiriam que eles saíssem vitoriosos do processo eleitoral, sendo candidaturas não competitivas. Isso se deve, segundo os autores, à concentração do sistema eleitoral, que apresenta elementos de distinção político-social.

Algumas variáveis societais se mostram importantes, segundo Perissinoto e Miriade (2009: 310), para aumentar a chance de vitória eleitoral dos políticos, dentre elas estão o exercício de ocupações como a de produtor agropecuário, empresário, engenheiro, médico e economista. Além disso, alguns partidos também se mostram mais significativos, como aqueles que são mais

poderosos no cenário nacional e que controlam recursos de governo. Mas, o fato de ser um político de profissão³, principalmente por já ter ocupado o cargo de deputado, aumenta ainda mais a chance de vitória, segundo os autores. Já para Miguel, Marques e Machado (2015), ter uma família que tradicionalmente está inserida no campo político se mostra a segunda via de acesso à Câmara, ficando atrás apenas do capital econômico. O capital familiar, segundo os autores, é crucial para que as mulheres consigam entrar na política, contudo, não deixa de ser importante também para os homens; e vem crescendo cada vez mais para eles.

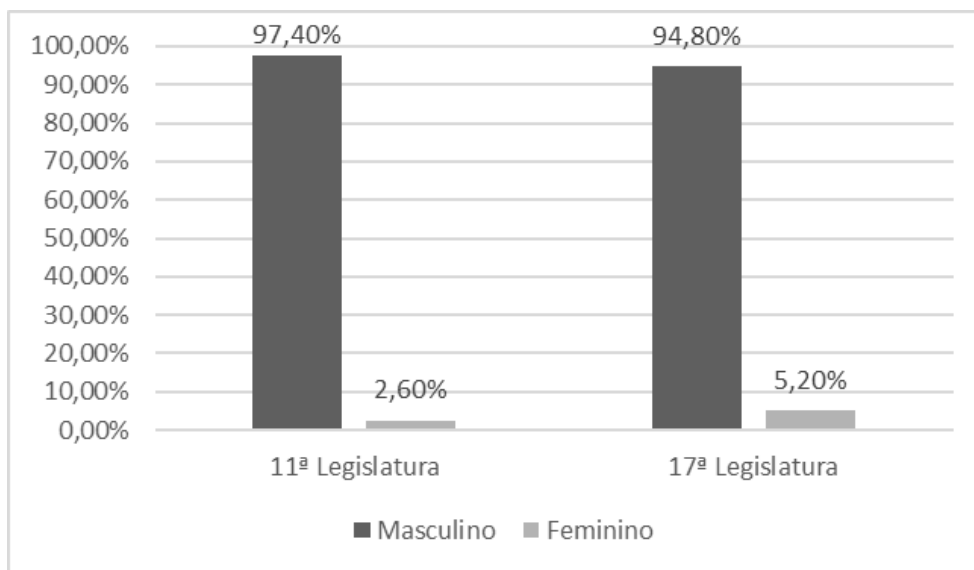
Cabe-nos ver como isso ocorre no caso da ALMG, ao perceber quais grupos estão pouco representados nesse legislativo. Nesta parte da pesquisa foi aplicada a metodologia quantitativa, a partir da utilização de dados secundários, para a montagem do perfil dos 154 representantes políticos no âmbito do legislativo de Minas Gerais, nas 11ª e 17ª legislaturas, sendo 77 deputados em cada uma das legislaturas estudadas. São utilizados os dados estatísticos dos pleitos de 1986 e 2010, os quais possuem como fontes o *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o *site* da Assembleia Legislativa⁴. Para se realizar a análise dos dados do perfil biográfico dos deputados estaduais mineiros são utilizadas as variáveis raça, sexo e ocupação profissional.

A análise da variável sexo é importante, pois a socialização diferenciada de gênero influencia na decisão de concorrer a um cargo político e pode determinar o resultado eleitoral. Não são oferecidas as mesmas chances e condições de disputa para cada sexo, não assegurando, assim, o que Pinheiro (2007) chama de “porção de espelho”, a representatividade na instituição política. Isso se deve porque a política, permeada de valores e preconceitos, atribui a cada sexo capacidades e habilidades distintas. Dessa forma, essa variável se mostra importante, por ser a clivagem por gênero uma das mais significativas na sociedade moderna.

³ Político de profissão é aquele que já possui uma carreira política prévia, através da ocupação de cargos públicos.

⁴ Disponíveis em: <http://www.tse.jus.br> e <http://www.almg.gov.br/home/index.html>.

Gráfico 1. Composição das 11ª e 17ª legislaturas em relação ao sexo



Fonte: TRE-MG. Elaboração própria.

Ao se analisar os dados obtidos, percebe-se pouca diferença em relação às duas legislaturas. A composição da ALMG tanto na 11ª quanto na 17ª legislatura é, em sua maioria, do sexo masculino, contando com 97,4% e 94,8% de homens, respectivamente. As mulheres representam apenas 2,6% e 5,2%, comprovando as dificuldades que elas possuem para entrar na vida política.

Ao se analisar os dados, deve ser considerada uma mudança institucional de ação afirmativa, ocorrida durante esse período de análise, que poderia ter um impacto na representação feminina, contudo, ela não garantiu a eleição de mais mulheres. Fala-se das cotas que foram implementadas no país nas eleições municipais em 1995 e nas eleições estaduais e federais em 1997⁵. Inicialmente, buscava-se garantir 20% de candidaturas femininas, algo que foi alterado para 30% nas eleições municipais de 2000, porém, as cotas não foram cumpridas em sua totalidade. Após a sua aprovação, o número máximo de candidaturas foi aumentado, o que acabou não deslocando as candidaturas masculinas tradicionais e, além disso, não foi dado aos partidos a obrigação de cumprir essa lei. Além disso, muitas candidaturas femininas não encontram apoio em seus partidos, pois servem, algumas vezes, para acatar a lei e liberar recursos de campanha.

⁵ "§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo." (Lei das Eleições - Lei nº 9.504, 1997).

Descartando algumas conclusões que apontam para um processo eleitoral neutro e desempenhos políticos iguais entre homens e mulheres, Fox e Lawless (2012: 130-132) apresentam diversos fatores que justificam a pouca presença das mulheres nesses espaços de poder. Acredita-se que esses fatores também podem ser usados para justificar a pouca presença das mulheres na ALMG. Dentre eles estão o fato de que poucas mulheres ocupam altos níveis profissionais, fundamentais para uma exitosa carreira política, uma vez que certas profissões funcionam como conduto para o campo político; a preocupação maior das mulheres com suas qualificações, para obter maior legitimidade no campo e mais apoio, o que leva a escolha de não se candidatar; e a própria influência do gênero para o surgimento de carreiras femininas, na qual a socialização tradicional influencia na escolha das mulheres de se candidatar e, por conseguinte, de estar nesses espaços de poder. As mulheres, dada a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado, se veem mais preocupadas do que os homens com suas responsabilidades profissionais e familiares, com isso, o cálculo de disputar uma eleição é maior para elas.

Já em relação à variável raça, os trabalhos que abordam a representação negra no país evidenciam a existência de poucos políticos negros nas instâncias decisórias brasileiras. Contudo, não se pode concluir que isso se deve à preferência dos eleitores por candidatos brancos, mas sim refletir outras desigualdades pelas quais as pessoas negras passam (Campos e Machado, 2015).

Em análise referente à década de 1980 e 1990, Johnson III (2000) caminha nessa direção, mostrando que não havia a falta de candidatos negros ao Congresso naquele período, mas sim uma falta de recursos que inviabilizava essas campanhas. Além disso, Johnson III (2000) aponta que os negros raramente foram líderes no Congresso ou nos seus partidos e não contavam com uma experiência política a nível nacional.

Contudo, o autor acima citado coloca que, mesmo sub-representados, os negros estavam mais presentes em cargos eletivos naquele período como nunca, sendo 29 parlamentares negros na ocasião. Alguns fatores apontados para essa ocorrência foram a emergência do movimento negro, que lutou por mais espaço na política, além da emergência de novos partidos, o que significava mais oportunidades de candidatura, coincidindo com a abertura democrática, pós ditadura militar.

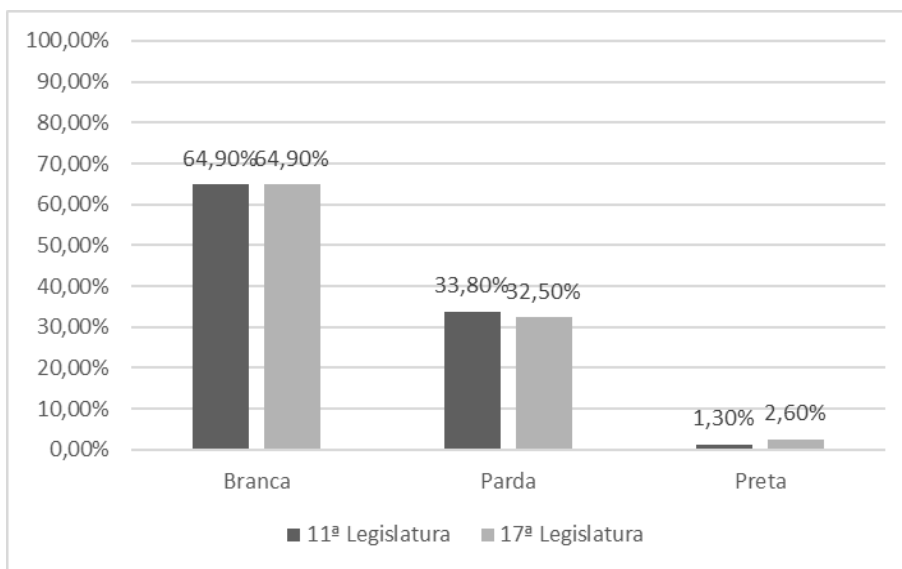
Nesta pesquisa, para a classificação da raça dos deputados das duas legislaturas, utilizou-se da heteroclassificação, uma vez que o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) não disponibilizava essa informação para essas legislaturas. Neste método, as fotos dos deputados foram submetidas à avaliação de uma equipe de quatro pesquisadores⁶, com isso, reforça a raça como um conceito sociológico e não biológico, pois os deputados são classificados a partir das suas marcas raciais verificadas por terceiros⁷. Optou-se por apresentar no gráfico as

⁶ A equipe foi composta por quatro pesquisadores, sendo que três possuem ensino superior e um possui o ensino médio. As idades entre eles variam entre 23 e 55 anos. Além disso, esses assistentes se auto identificaram racialmente, resultando em dois brancos, um pardo e um negro.

⁷ A classificação realizada a partir desse método se mostra válida, pois diversas pesquisas vêm comprovando a relação entre a auto declaração e como as pessoas são percebidas por outros. Ainda se mostra útil por contornar a fluidez do modelo de

categorias parda e preta separadamente, diferentemente do que é comum na literatura, com o objetivo de se detalhar ainda mais a questão racial na ALMG, mesmo que as pessoas classificadas como pardas e pretas vivenciem quase as mesmas dificuldades sociais e essas duas características se mostrem muito próximas no sentido sociológico. Contudo, é importante considerar a identidade racial daqueles considerados pardos, sendo difícil atribuir a eles outra categoria racial, uma vez que foram classificados dessa forma.

Gráfico 2. Composição das 11ª e 17ª legislaturas em relação à raça



Fonte e elaboração própria

Como esperado, os considerados brancos são maioria significativa na ALMG, apresentando a mesma porcentagem nas duas legislaturas, enquanto os pretos têm uma presença mínima na Casa, sendo 1,3% e 2,6% dos deputados, respectivamente. Os pardos chegam a contar com uma boa quantidade, contudo ainda são praticamente metade da porcentagem dos brancos⁸. Esse não é um quadro exclusivo do legislativo mineiro. Amora (2008), ao analisar a relação entre raça e representação política nas eleições para deputado federal no Distrito Federal, apontou para um quadro de exclusão racial dentro dos partidos, em função da baixa quantidade de candidaturas negras, e no caráter periférico destas candidaturas. Como consequência, os desempenhos eleitorais de negros e negras se mostraram fracos.

classificação racial do país (Campos e Machado, 2015: 124). Todavia, não são desconsiderados alguns problemas que podem surgir com a adoção deste método, os quais são tratados por Campos e Machado (2015: 124).

⁸ A partir das eleições de 2014 o TSE passou a disponibilizar a informação sobre a raça dos candidatos aos cargos eletivos. De acordo com essa fonte, 83,1% dos eleitos para a 18ª legislatura da ALMG eram brancos, 15,6% eram pardos e 1,3% eram negros, o que revela um aumento no número de brancos, uma redução de pardos e a mesma quantidade de negros vista na 11ª legislatura.

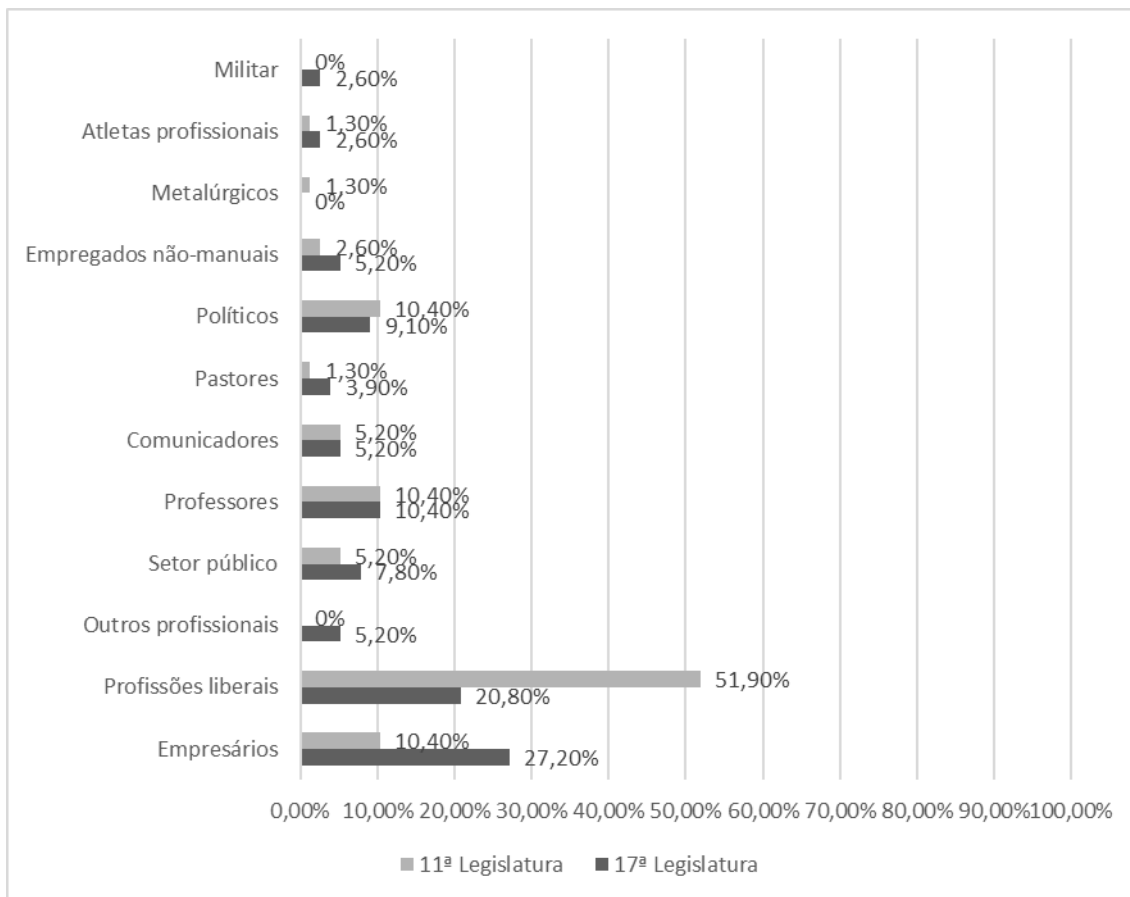
O autor acima citado ainda acrescenta que os negros sempre apresentaram dificuldades para possuir certos requisitos para se candidatarem, entre barreiras econômicas e simbólicas. Assim, os negros enfrentam dificuldades para ascender na política, podendo ser relacionadas à interação entre a discriminação racial e o sistema eleitoral brasileiro, principalmente quando se enfrenta uma maior competitividade para galgar um cargo político, marginalizando-os ainda mais.

Como apontado anteriormente, Campos e Machado (2015) chamam a atenção para as dificuldades que esses grupos têm em ascender à pequena elite de candidatos que possuem os maiores financiamentos e as maiores votações, dessa forma, as baixas chances de vitória podem refletir essas dificuldades. Em trabalho posterior, esses autores apontam que os negros e pardos podem estar ausentes do parlamento devido à combinação da origem social e os critérios de recrutamento dos partidos. Uma vez que a classe impacta na quantidade de votos recebidos e que os partidos, que tendem a recrutar políticos de estratos mais altos da sociedade, não costumam recrutar muitos pretos e pardos. Além disso, os autores complementam afirmando que os não brancos possuem menos acesso a grandes recursos financeiros – o que leva a uma desvantagem comparada ao fato de não possuir ensino superior – algo que se mostra fundamental para um bom resultado eleitoral (Campos e Machado, 2017).

A ocupação profissional⁹ também é uma variável importante, pois ela pode impactar na possibilidade de conquista de uma cadeira no legislativo, além de determinar a origem e posição social dos deputados. Como afirmam Marengo e Serna (2007: 95), “A posição social dos políticos no âmbito do trabalho e da produção é tanto uma fonte de estratificação social no acesso à riqueza material e ao bem-estar social, como uma fonte para a legitimação de classificações hierárquicas do capital social”. Além disso, algumas profissões estimulam aptidões que se mostram necessárias para se ganhar uma eleição e podem preparar esses profissionais para a política. Dentre elas podem ser citadas, o jornalismo, o magistério, a advocacia, o empresariado, entre outras, que acabam compondo boa parte dos legislativos, não apenas no Brasil, mas também em outros países (Norris, 1996). Essas profissões aperfeiçoam habilidades de argumentação, convencimento e oratória, essenciais também para a política (Rodrigues, 2002).

⁹ As ocupações foram definidas após aprofundada análise dos dados do TRE-MG, da ALMG, além de pesquisas em diversos sites na internet. Isso serviu para se ter uma visão mais clara em relação à ocupação principal do político.

Gráfico 3. Composição das 11ª e 17ª legislaturas em relação à ocupação profissional¹⁰



Fonte: TRE-MG/ALMG/CPDOC. Elaboração própria.

A partir dos dados, percebe-se que as ocupações profissionais majoritárias na 11ª legislatura são as liberais – as quais englobam advogados, médicos, dentre outros – seguida pela de empresários, algo que não se diferencia muito da 17ª legislatura, contudo são os empresários que estão em maior número na última legislatura estudada. Segundo Rodrigues (2009), em relação à 52ª legislatura da Câmara dos Deputados, se reduziu o número de parlamentares vindos de categorias profissionais consideradas de classe alta, principalmente os empresários, indicando a diminuição da importância daqueles que vem de camadas de renda elevada¹¹. O mesmo não pode ser dito pela análise das duas legislaturas deste estudo, pois o empresariado é o meio

¹⁰ Outros profissionais: Profissões que exigem alto nível de escolaridade, mas que não são enquadradas entre as profissões liberais mais tradicionais (Rodrigues, 2009); Empregados não-manuais: Trabalhadores administrativos ou de escritório.

¹¹ Rodrigues (2009) observa uma popularização da classe política em 2002, o que posteriormente não se mostrou como tendência.

ocupacional de maior presença na ALMG na 17ª legislatura, crescendo em relação à 11ª legislatura.

Já em relação aos políticos¹², os dados coletados permitem uma análise diferente da apontada por Rodrigues (2009) em relação à 52ª legislatura (2003 - 2006) da Câmara dos Deputados, na qual essa categoria não está muito presente, enquanto na ALMG, nos dois períodos analisados, é significativa na 17ª legislatura, mas, principalmente, na 11ª. Os dados aqui apresentados seguem o que é assinalado por Perissinotto e Miriade (2009) para as eleições de 2006, podendo afirmar que o fato de ter sido político anteriormente é um atributo importante para ser eleito na ALMG.

Não se desconsidera, contudo, que essas diferenças em relação aos achados de Rodrigues (2002; 2009), tanto em relação aos políticos quanto em relação aos empresários, podem estar relacionadas com uma diferença no método de classificação utilizado nas duas pesquisas. Mas, pelo fato de que uma parte significativa de políticos que se tornam deputados federais serem provenientes de Assembleias Legislativas, é interessante comparar os nossos dados com os desse autor.

A popularidade adquirida fora da esfera política, através da profissão, também é importante para a conquista de votos, visto a eleição de comunicadores – que engloba radialistas, atores e cantores – e de esportistas em diversos legislativos pelo país, assim como na ALMG. A presença dos comunicadores chama atenção devido ao número reduzido deles na sociedade. Essa atividade tem como característica a boa oratória e a capacidade de convencimento, importantes também para a atividade política. Essas profissões garantem a popularização, tornando o candidato conhecido sem que seja necessário gastar grandes recursos financeiros nas campanhas (Rodrigues, 2002; 2009). Essa categoria representa 5,2% da Casa, na 11ª legislatura, mantendo esse índice na 17ª legislatura, podendo considerar que a presença deles é garantida. Além disso, esse percentual é parecido com o que se encontra na Câmara dos Deputados, mostrando uma tendência, em relação à presença, dessa categoria profissional. Ser atleta profissional, principalmente jogador de futebol, também garante boas chances de o candidato estar presente na ALMG, possivelmente também devido à grande visibilidade dessa profissão. Um deputado, na 11ª legislatura, e dois deputados, na 17ª legislatura, foram jogadores de futebol de times mineiros.

O aumento no número de pastores na ALMG de uma legislatura para outra é outro dado que chama atenção. Isso pode estar relacionado com o aumento no número daqueles que professam tal religião aos serem comparados com os católicos¹³ (Rodrigues, 2009), além do

¹² Político profissional é considerado, nesta pesquisa, como aquele deputado que nunca chegou a exercer uma atividade profissional e que começou a atividade política muito cedo, algumas vezes antes mesmo de terminar os estudos de nível superior. Não se desconsidera, entretanto, que aqueles que exerceram uma profissão e estão a muitos anos atuando como político possam ser classificados como tal, assim como diversas pesquisas realizam. Contudo, a classificação do perfil profissional nessa pesquisa buscou focar na primeira profissão do candidato e aquela considerada principal, assim, optou-se por classificar os políticos profissionais desta maneira.

¹³ O número de católicos na população brasileira diminuiu de 83,3%, em 1991, para 73,8%, em 2000, e 64,6%, em 2010, a dos evangélicos aumentou de 9% para 15,6% e 22,2%, respectivamente. Em Minas Gerais, os católicos representam 70,4% da

resultado da diversificação e da difusão do pentecostalismo. Isso ocorre conjuntamente com “[...] a aproximação dos atores religiosos com os partidos políticos; a ampliação da presença de líderes religiosos no Legislativo [...]” (Machado, 2012: 34), entre outros fatores. Gerando consequências na composição dos legislativos em todo o país, com a crescente ampliação, durante as duas últimas décadas, da participação dos evangélicos na política eleitoral, para os quais a identidade religiosa é utilizada como atributo eleitoral (Ibid). Os partidos também foram grandes incentivadores das candidaturas de líderes evangélicos, pois objetivavam ampliar o número de votos para a legenda, e com isso, incentivaram os evangélicos a participarem mais diretamente na política.

A presença de servidores públicos também aumentou da 11ª para a 17ª legislatura. Contudo, se esperava um número maior de funcionários públicos, uma vez que a sua presença em legislativos de diversos países é significativa, como apontou Perissinotto e Miriade (2009). Esses profissionais possuem intimidade com as questões do Estado e alta escolaridade, o que os fazem ter um grande contingente entre os eleitos, assim, o emprego público serve como preparação para a entrada na política (Ibid). Em pesquisa, referente as primeiras legislaturas do segundo ciclo democrático, Marengo (1997) percebe que os funcionários públicos passaram de temporãos para retardatários, decorrente do declínio do ingresso desses profissionais, em relação ao primeiro ciclo democrático, consequência da mudança partidária dos mesmos, que saíram dos partidos conservadores para partidos com um perfil mais sindicalista, como o Partido dos Trabalhadores - PT, o que dificultou a conquista pelo primeiro cargo e o que também poderia justificar a pouca presença dos mesmos nas duas legislaturas aqui analisadas.

Após a exposição dos dados, é possível afirmar que os principais grupos de profissões presentes na ALMG, nas duas legislaturas, têm em comum maiores recursos e qualificações educacionais que ampliam as chances de se tornar deputado, além de serem considerados os meios mais tradicionais de recrutamento político não apenas em Minas Gerais, mas em todo o país. Os dados mostram, também, a pouca presença de deputados com profissões pouco qualificadas – o que poderia corresponder a um perfil mais popular –, podendo afirmar que existe uma sub-representação dessa categoria na Casa. A seguir, serão analisados os perfis dos deputados de acordo com a classificação dos partidos em esquerda, centro e direita, buscando perceber se as posições ideológicas determinam perfis diferenciados entre os eleitos.

2.1 Considerando os partidos: perfil dos deputados e ideologia

Considerando, assim como Norris (2007), que os partidos são os principais filtros de acesso aos postos de representação, busca-se perceber se existe alguma tendência de seleção entre os partidos que compuseram as legislaturas estudadas, objetivando analisar o que é percebido pela literatura da área (Pinheiro, 2011; Miriade e Perissinotto, 2009; Marengo e Serna, 2007), para a qual

população, segundo o último censo, e os evangélicos 16,4%. As pesquisas apontam para uma constante diminuição no número de católicos e o crescimento das mais variadas religiões no estado (IBGE).

os partidos de esquerda são mais propícios a possuírem, entre os seus candidatos, membros de grupos subalternos, mesmo que essa presença ainda seja muito pequena. Esses partidos sempre estão buscando novas áreas de apoio e tendem a ser mais abertos aos grupos minoritários¹⁴.

Além disso, Perissinoto e Miríade (2009, p. 319) observam que

[...] os partidos de direita tendem a ter candidatos originários de posição social mais elevada; os de esquerda e de centro, candidatos com maior nível de escolaridade; já os partidos de esquerda tendem a ter mais jovens. Essas tendências diferenciadoras, mas não radicais, se repetem quando analisamos o universo dos eleitos dividido pelas três posições ideológicas.

É válido analisar o perfil dos deputados de acordo com a ideologia partidária, uma vez que, como colocado por Gaxie (2012: 167), a seleção social para a competição política se manifesta em todos os partidos, mas de maneira específica, relacionada aos laços dos partidos com a sua estrutura social. Assim, a representação será desigual nos partidos, e frações sociais determinadas terão mais facilidade do que outras de ascenderem em determinados partidos e conseqüentemente se candidatarem. Mesmo que nenhum partido se veja ligado exclusivamente a nenhuma fração social, existem “[...] correspondências estáveis entre as estruturas de recrutamento social próprias a cada partido e a estrutura das classes superiores leva à hipótese de relações privilegiadas (o que não quer dizer exclusivas) entre os partidos políticos e as frações de classe” (Ibid: 193).

Quadro 1. Distribuição dos partidos de acordo com a ideologia

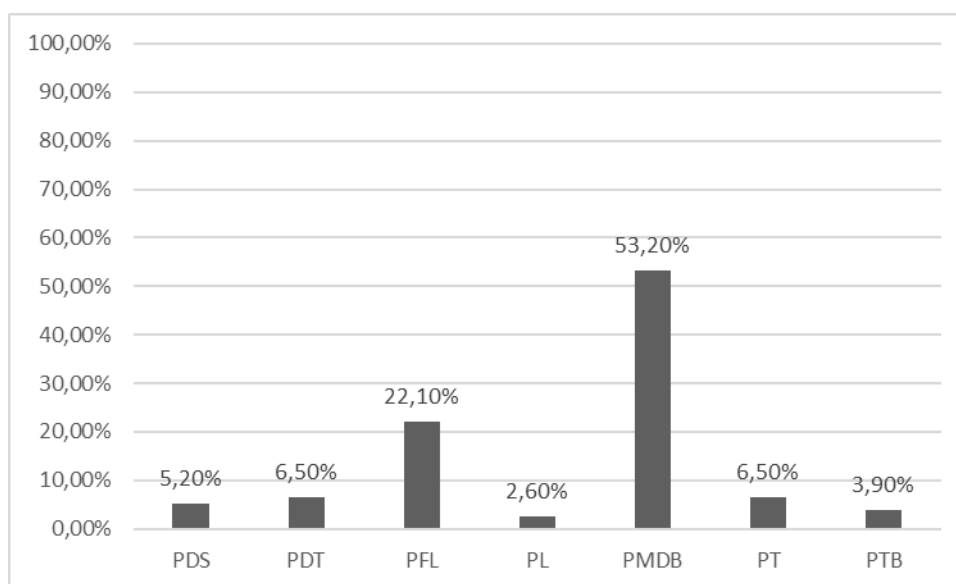
Esquerda	Centro	Direita
PT, PCO, PDT, PSB, PCB/PPS, PSOL, PCdoB, PSL, PHS, PV e PSTU	PMDB, PTN, PTdoB, SD, PPL e PSDB	PDS/PPR/PPB/PP, PFL/DEM, PTB, PRN/PTC, PL/PRONA/PR, PDC, PSDC, PSC, PRS ¹⁵ , PTR, PST, PMN, PSD, PRP, PTRB/PRTB, PEN, PRB e PROS

¹⁴ Deve ressaltar, contudo, que essas são tendências de posicionamento social e não uma concentração social inequívoca entre os partidos de esquerda. Os partidos de centro e direita podem apresentar representantes de grupos minoritários, enquanto os de esquerda podem conter membros de posições sociais mais elevadas (PERISSINOTO e MIRÍADE, 2009).

¹⁵ PRS – O Partido das Reformas Sociais possuía um registro provisório e lançou candidaturas apenas no estado de Minas Gerais. Em 1992 o seu registro definitivo foi indeferido pelo TSE.

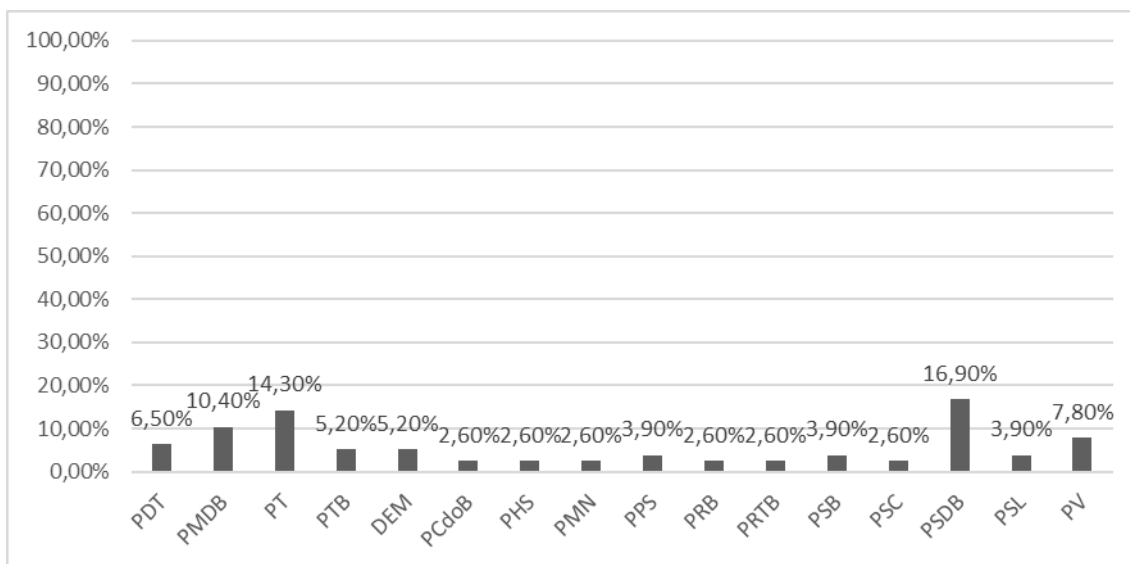
Para essa verificação, os partidos foram classificados ideologicamente tendo como base a literatura da área (Marengo e Serna, 2007; Rodrigues, 2002, 2009; Miríade e Perissinotto, 2009). Aqueles partidos que não existiam na época da publicação dos estudos foram classificados a partir da análise dos seus posicionamentos e atuações publicamente divulgados, além de contar com outras fontes de pesquisa, tais como, jornais e a *internet*. A disposição dos partidos encontra-se no quadro 1. Apesar da delimitação do eixo esquerda/direita, entende-se que no país essa divisão ideológica dos partidos não pode ser considerada simples, apresentando certa indefinição e dificuldade. Além disso, são apresentados nos gráficos 4 e 5 a distribuição das bancadas partidárias nos dois períodos legislativos estudados, para que se tenha uma compreensão maior dos partidos que estavam presentes na Casa e a porcentagem de deputados em cada um deles.

Gráfico 4. Distribuição das bancadas partidárias na 11ª legislatura



Fonte: Site da ALMG. Elaboração própria.

Gráfico 5. Distribuição da bancada partidária na 17ª legislatura¹⁶



Fonte: Site da ALMG. Elaboração própria

Tabela 1. Sexo dos deputados por espectro ideológico do partido

Sexo	Esquerda		Centro		Direita	
	11ª Legisla-tura	17ª Legis-latura	11ª Legisla-tura	17ª Legisla-tura	11ª Legisla-tura	17ª Legisla-tura
Feminino	1	4	1	0	0	0
Masculino	9	31	40	22	26	20

Fonte: TRE-MG. Elaboração própria

A relação entre o sexo do deputado e a sua posição ideológica na ALMG, nas duas legislaturas estudadas, confirma o que é apresentado pela literatura que aponta que partidos de esquerda privilegiam mais o acesso de mulheres. Todas as mulheres que estavam presentes no legislativo mineiro durante a 17ª legislatura estavam em partidos enquadrados aqui como de esquerda. Na 11ª legislatura, o que se observou foi que as mulheres estavam igualmente distribuídas entre os partidos de esquerda e os de centro. Contudo, deve-se considerar a pouca quantidade de mulheres na ALMG, principalmente na 11ª legislatura, o que pode inviabilizar algumas considerações sobre essa temática. Já os homens se veem bem distribuídos entre os três espectros ideológicos na 17ª legislatura e na sua maioria no centro, durante a 11ª legislatura.

¹⁶ Na 17ª legislatura PP, PR, PRP, PTdoB e PTC representavam 1,30%, cada, da composição da casa.

Tabela 2. Raça dos deputados por espectro ideológico do partido (%)

Raça	Esquerda		Centro		Direita	
	11ª Legisla- tura	17ª Legis- latura	11ª Legisla- tura	17ª Legisla- tura	11ª Legisla- tura	17ª Legisla- tura
Branca	4	22	27	16	19	12
Parda	6	12	13	6	7	7
Preta	0	1	1	0	0	1

Fonte e elaboração própria

Quando se observa a raça dos deputados em relação a sua posição no espectro ideológico, apreende-se que os brancos estão, em sua maioria, localizados no centro durante a 11ª legislatura, enquanto na 17ª legislatura eles estão mais distribuídos entre os três espectros ideológicos.

A literatura (Oliveira, 1991; Johnson III, 2000) aponta que os negros podem estar, em sua maioria, em partidos de esquerda. Segundo Johnson III (2000), o PT foi o que mais enviou representantes negros para o Congresso entre as décadas de 1980 e 1990. Outros partidos que também possuíam negros eleitos foram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, o Partido Democrático Trabalhista - PDT e o Partido Comunista do Brasil - PCdoB, o que poderia reforçar a ideia de que os partidos de esquerda são os que mais abrem espaço para essa categoria social.

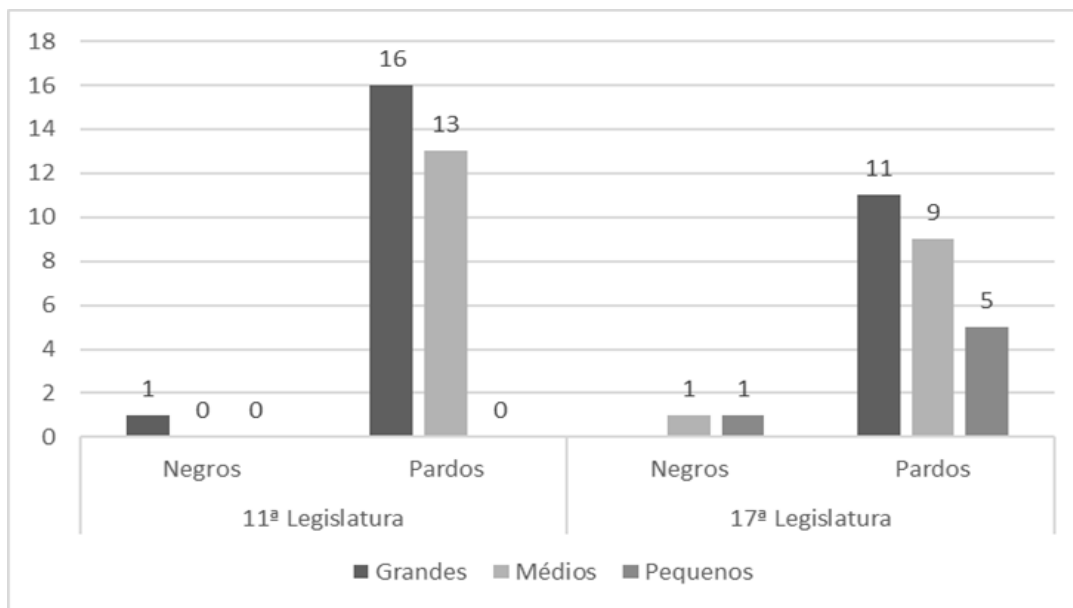
Contudo, indo contra o que se esperava, os negros não se encontram, na sua maioria, na esquerda. O único representante dessa categoria estava em um partido de centro, na 11ª legislatura. Já na 17ª legislatura os deputados negros estavam, um em um partido de esquerda e o outro em um partido classificado como de direita. Já os pardos estão bem distribuídos na 17ª legislatura entre todos espectros, sendo que a maioria está na esquerda, enquanto na 11ª legislatura, eles estão em grande parte localizados no centro.

Os resultados referentes à raça possivelmente vão em direção ao que Braga e Amaral (2013) percebem, apontando para uma diversidade social dos candidatos – o que pode repercutir no perfil dos eleitos – o que contribuiu, segundo os mesmos, para a obtenção de apoio eleitoral em diversos setores da sociedade, algo comum a quase todos os partidos. Contudo, devido à pouca quantidade de deputados negros, não é possível traçar considerações mais consistentes em relação ao posicionamento dos mesmos no espectro ideológico.

Ainda, com essa divisão dos partidos em espectros ideológicos, não é possível analisar se os negros e pardos estão em partidos menores e menos competitivos, como colocado por

Campos e Machado (2017). Dessa forma, utilizando a classificação elaborada por Campos (2015)¹⁷, realizou-se a distribuição dos deputados negros e pardos de acordo com o tamanho dos partidos, para determinar em qual tipo de partido eles se encontram.

Gráfico 6. Distribuição de negros e pardos de acordo com o tamanho do partido



Fonte e elaboração próprias

Os dados indicam que na 11ª legislatura são os grandes partidos que abrigam a maioria dos pardos e o único negro eleito. Já os pequenos partidos não possuíam nenhum integrante eleito dessas duas raças. Na 17ª legislatura, são os grandes e médios partidos que abrigam a maioria dos pardos e, diferente da 11ª legislatura, os partidos classificados como pequenos tem a presença de deputados dessa raça. Já os negros – diferente da 11ª legislatura – não estão em nenhum partido grande, mas nos partidos médios e pequenos. Dessa forma, o que é apresentado pelos autores acima mencionados não pode ser totalmente comprovado. Isso pode estar vinculado com a ideia de que nos partidos médios e grandes – que contam com mais recursos políticos e que são mais competitivos – os negros e pardos possam ter mais chance de vitória, por isso a sua maior presença nesses partidos, mas é algo a ser mais bem aprofundado.

¹⁷ Campos (2015) realiza a classificação dos partidos, de acordo com o seu tamanho, levando em consideração o número de filiados, a bancada conquistada e a votação obtida na eleição. Com isso, os partidos foram classificados da seguinte maneira: partidos grandes (PMDB, PT, DEM e PSDB), partidos médios (PDT, PTB, PP, PR, PSB, PPS, PCdoB, PV, PRB, SD, PROS e PSD) e partidos pequenos (PRP, PMN, PSOL, PSL, PSC, PTC, PTdoB, PSDC, PHS, PTN, PRTB, PCB, PPL, PSTU, PEN e PCO). Partidos que não estão nessa classificação foram categorizados levando em conta os mesmos pressupostos que Campos (2015).

Tabela 3. Ocupação dos deputados por espectro ideológico do partido (%)

Faixas ocupacionais	Esquerda		Centro		Direita	
	11 ^a Legislatura	17 ^a Legislatura	11 ^a Legislatura	17 ^a Legislatura	11 ^a Legislatura	17 ^a Legislatura
Empresários	0	7	3	8	5	6
Profissões liberais	3	6	23	6	14	4
Outros profissionais	-	3	-	0	-	1
Setor público	0	2	1	3	3	1
Professores	2	7	4	1	2	0
Comunicadores	3	2	1	0	0	2
Pastores	0	0	1	1	0	2
Políticos	0	3	6	2	2	2
Empregados não-manuais	0	3	2	0	0	1
Metalúrgicos	1	-	0	-	0	-
Atletas profissionais	1	0	0	1	0	1
Militar	-	2	-	0	-	0

Fonte: TRE-MG/ALMG. Elaboração própria

Na 11^a legislatura os empresários estavam, em sua maioria, localizados ideologicamente na direita, mas, na 17^a legislatura, se observa uma homogeneização dos empresários entre todos os espectros ideológicos. Os profissionais liberais estavam, na 11^a legislatura, mais ao centro, e, assim como os empresários, se mostraram igualmente distribuídos entre os campos ideológicos, na 17^a legislatura. Os aqui classificados como políticos se localizaram mais ao centro na 11^a legislatura e também passaram a estar presentes em todas as categorias ideológicas na 17^a legislatura. Percebe-se, então, que essas categorias profissionais saem de um espectro ideológico específico na primeira legislatura estudada, para apresentarem representantes entre todos os espectros.

Outras mudanças percebidas estão entre os comunicadores que estavam, em sua maioria, na esquerda, durante a 11^a legislatura, e passaram a estar presentes tanto em partidos de esquerda quanto de direita na 17^a legislatura. Já a maioria dos professores vão dos partidos de centro – na 11^a legislatura – para os de esquerda – na 17^a legislatura.

Os pastores se vêm mais presentes nos partidos de centro e direita, considerando as duas legislaturas estudadas, algo já esperado, visto que esses partidos são mais conservadores e vinculados com o posicionamento religioso dos mesmos.

Os empregados não-manuais – como os auxiliares de escritório – e os metalúrgicos não foram vistos na 17ª legislatura, o que pode reforçar a ideia de que na 11ª legislatura, com a abertura do sistema político, devido ao fim da Ditadura Militar, o espaço legislativo se tornou mais aberto a uma variedade de atores, contudo o campo político se acomodou, voltando a excluir ou dificultar o acesso de determinadas categorias sociais. Além disso, com o surgimento de partidos mais à esquerda, no período da 11ª legislatura, há a tendência de que essas categorias se façam presentes no legislativo, mas esses mesmos partidos passam a ser posteriormente dominados por espectros sociais mais elevados, como observaram Perissinoto e Miriade (2009), diminuindo o espaço para que determinadas categorias profissionais possam se candidatar e até mesmo se eleger. Percebe-se, então, uma calibragem na elite política atual, diferente do período pós-ditadura, onde ainda estava se definindo quem poderia entrar naquele espaço.

Contrariamente a essas profissões acima mencionadas, os militares estão presentes na 17ª legislatura, enquanto na 11ª legislatura não possuíam representantes. O que também chama a atenção nessa categoria profissional é que os dois miliares estavam em partidos classificados como de esquerda.

Após a análise dos dados, percebe-se que a tendência esperada de que partidos de esquerda abrigariam mais os representantes dos grupos subalternos se comprovou para as mulheres e para os trabalhadores subqualificados, enquanto os negros se mostraram mais presentes nos partidos de centro e de direita. Assim, após determinar quais grupos estão sub-representados na ALMG e em quais espectros ideológicos eles se encontram, parte-se agora para a análise do tipo de ambição que os políticos que apresentam esses perfis sub-representados possuem, levando em conta a possível dificuldade dos mesmos em ascenderem a cargos mais elevados no campo político, mesmo que eles já tenham conseguido superar uma barreira, a de se candidatar e se eleger a um cargo de deputado estadual.

3. A ambição política

Por considerar que a ambição reside no coração da política, Schlesinger (1966), analisando o caso americano, determina três tipos de ambição: a discreta – na qual o político escolhe se retirar do cargo público; a estática – quando o político decide fazer uma longa carreira em um mesmo cargo; e a progressiva – quando o político quer um cargo mais importante do qual ele tem. Segundo o autor, a ambição é produzida pelas estruturas de oportunidades políticas, as quais permitem descrever a variação da ambição política em cada nível de governo¹⁸. Em outras

¹⁸ A ideia de que uma estrutura de oportunidades políticas define a ambição política é alvo de críticas, uma vez que Schlesinger (1966) utiliza-se de algo coletivo para explicar decisões individuais, a partir da escolha racional.

palavras, a ambição se desenvolve em uma situação específica, resposta às possibilidades que aparecem para o político.

Assim como Schlesinger (1966), Rohde (2012) aponta que os políticos possuem uma ambição progressiva e sempre querem disputar cargos mais altos em relação àqueles no qual estão localizados. A ambição estática seria um comportamento adotado devido a riscos na estrutura de oportunidades e a propensão do político em assumi-los ou não (Ibid). Sendo assim, quanto maiores os riscos, mais dificuldade de um político tentar concorrer a um cargo mais alto. Além do mais, alguns terão mais dificuldades de se elegerem, enquanto outros terão mais probabilidades de conquistar o cargo pretendido (Ibid). Contudo, o autor foca em riscos como: se o atual ocupante do cargo concorrerá ou não a reeleição, se a pessoa é propensa ou não ao risco, os custos da disputa, o cálculo da probabilidade de vitória, dentre outros. Não levando em consideração desigualdades sociais que, como apontado acima, tornam mais difícil uma pessoa se eleger e pode diminuir também as oportunidades para que ela continue no campo político e tente cargos mais elevados.

Samuels (2000) segue os mesmos pressupostos que Schlesinger (1966) e Rohde (2012), afirmando que a ambição progressiva também serve para explicar os padrões de carreira no Brasil. Como é colocado pelo autor, esse tipo de ambição é mais comum entre os políticos brasileiros, com uma orientação para carreiras no executivo, inclusive municipal. Para Samuels (2000), aqueles que possuem melhores qualificações e, conseqüentemente, maiores chances de sucesso eleitoral irão concorrer à cargos mais altos, enquanto os políticos que são, segundo o autor, mais vulneráveis, irão concorrer à reeleição.

Para Pereira e Rennó (2001), diferente do que é posto por Samuels, a reeleição tem grande importância no sistema político brasileiro. No período estudado pelos autores, grande parte dos deputados se candidatou a reeleição e 65% deles foram reeleitos. Leoni, Pereira e Rennó (2003) também levantam dúvidas em relação a afirmação de Samuels de que políticos mais vulneráveis disputam a reeleição, pois constatam que presidentes de comissão permanente e integrantes de partidos de direita são aqueles que mais buscam se manter no cargo em que estão. Já aqueles que integram comissões especiais, fazem parte da coalizão de governo e os que são de estados menores, tentam cargos mais altos. Assim,

Os que preferem permanecer na Câmara são igualmente bem sucedidos na implementação de emendas orçamentárias, na presidência de comissões permanentes (mas não de comissões especiais) e não são candidatos mais vulneráveis do que aqueles que concorrem a cargos mais altos. Ademais, a maioria absoluta dos políticos que detêm uma posição poderosa na Câmara prefere permanecer nessa casa (Ibid: 64).

Para Leoni, Pereira e Rennó (2003), é a avaliação de riscos e custos que determinam a escolha do político de concorrer a um cargo superior ao que ele se encontra. Segundo os autores, “[...] as variáveis podem influenciar a escolha de carreira de duas maneiras: podem afetar os

componentes de utilidade, aumentando (ou diminuindo) o valor de permanecer em determinado cargo; e podem afetar as probabilidades de obter um determinado resultado” (Ibid: 54). Essas variáveis podem influenciar tanto a uma possível reeleição, quanto a possibilidade de eleição a um cargo mais elevado.

Miguel (2003) demonstra a existência de uma estrutura de carreira no país, tendo o cargo de vereador na base, chegando até a Presidência da República, que é o topo da carreira. Entre esses dois cargos existem o de prefeito, deputado estadual, deputado federal, além dos cargos de ministro e senador – não se pode desconsiderar, também, cargos de segundo escalão e em diretorias de empresas públicas. Não se afere, contudo, que esse seja um caminho rígido. Os políticos podem optar por candidatar-se a cargos que estão abaixo daqueles que eles ocupam. Um exemplo dado pelo autor é o do ex-governador Miguel Arraes que se candidatou a deputado federal e não a senador, após sair do governo do estado. Sendo assim, não se pode supor uma escalada, por parte dos políticos, até o topo, mesmo que, como colocado por Rohde (1979), eles sejam progressivamente ambiciosos, uma vez que “[...] exige cálculos estratégicos mais complexos e focados em cada situação específica” (MIGUEL, 2003: 117).

Considera-se aqui que os riscos e custos para uma ambição progressiva pode ser maior entre os deputados que representam descritivamente grupos que já possuem obstáculos para serem representados. Uma possível falta da ambição progressiva no caso das minorias sociais pode estar vinculada com as próprias barreiras que eles encontram, além da dificuldade de ser um candidato viável na escolha do partido para cargos mais altos, concorrendo com outros perfis que são mais atrativos para as eleições. Nesse sentido, Florentino (2008) coloca que boa parte dessas análises sobre ambição política tem como base um ator racional e focam em uma interpretação materialista, com isso, essas análises acreditam que os políticos estariam focados, quase que exclusivamente, na maximização dos seus interesses. Essas abordagens falham quando não se consideram fatores que podem impedir que candidatos potenciais desejem e/ou consigam alcançar cargos mais elevados. Dentre esses fatores se encontram o sexo, a raça e a escolaridade do político.

Em pesquisa realizada por Fox e Lawless (2012), percebeu-se que o sexo ainda é importante para cogitar se candidatar, mesmo se controlando “[...] em relação a educação, renda, raça, partido político e atitudes políticas, experiência prévia em campanhas, e se o respondente já recebeu incentivo externo para concorrer, a maioria dos quais é de correlatos de interesse, participação e ambição políticos” (Ibid: 137). A pesquisa ainda mostrou que as mulheres têm mais interesse que os homens em se candidatar para cargos locais e nacionais, mas possuem níveis inferiores de ambição política.

Ao se entender que a decisão de concorrer a um cargo superior é uma resposta a uma estrutura de oportunidades, as circunstâncias pessoais dos candidatos não apresentam a importância devida, levando a considerar que homens, mulheres, pessoas das mais diferentes raças e origens sociais teriam as mesmas possibilidades de serem candidatos e ocuparem o cargo desejado. Contudo, o que se observa é que determinados candidatos, que são considerados

potenciais¹⁹, não estão presentes nesses cargos. Dessa forma, a diferença de raça, sexo e ocupação profissional na ambição política relaciona-se à probabilidade de se candidatar e de conseguir se eleger.

Florentino (2008) percebeu que um dos fatores que levam os deputados a desistirem da disputa eleitoral ou a concorrerem a cargos mais baixos é o fato do seu grupo social não ter conseguido penetrar no campo político da mesma forma que outros, se tornando exceção da regra de ambição progressiva. A autora coloca que estruturas sociais podem explicar porque determinados deputados estão mais propensos a isso, citando como exemplo as mulheres, os estreates ou suplentes e parlamentares de bancadas pequenas. Com isso, o cálculo sobre o risco de concorrer a um cargo mais elevado é vinculado a outros fatores que não são apenas individuais, mas relacionados ao grupo social do político. De acordo com a própria autora,

Os perfis sociais dos políticos em questão e os tipos específicos de socialização política a que foram submetidos ao longo de sua carreira podem influenciar decisivamente a formação de suas preferências, e suas ambições políticas passariam a se diferenciar do que é comumente colocado como 'cargos-alvo' (Ibid: 49).

Levando em conta esses pressupostos e, uma vez que, como já apontava Schlesinger (1966), a teoria da ambição implica que as oportunidades²⁰ irão controlar as ambições e expectativas, é importante perguntar como e se ocorre avanço para o cargo, principalmente no que concerne àqueles grupos que encontram dificuldade de se verem representados nos espaços de decisão política. Pois, como continua o próprio autor, vantagens políticas podem refletir vantagens sociais e econômicas, determinando os jogadores.

3.1 A ambição política das minorias na ALMG

Cabe analisar, agora, qual tipo de ambição os deputados que representam grupos subalternos apresentam, levando em conta possíveis obstáculos que esses políticos podem enfrentar ao desejar prosseguir na carreira política. Para isso, primeiramente, foi realizada a seleção daqueles deputados que representaram descritivamente, durante as duas legislaturas, mulheres, negros e trabalhadores subqualificados, resultando em um número de doze deputados/as. Posteriormente, foi realizada a coleta de informações sobre a candidatura e o

¹⁹ Vide: Fox e Lawless (2012).

²⁰ As oportunidades que Schlesinger (1966) foca são relacionadas, quase que exclusivamente, àquelas oferecidas pelo sistema político. Nesse trabalho são consideradas oportunidades relacionadas ao sistema social e econômico, que podem servir de barreira tanto para a candidatura como para o exercício de uma ambição progressiva por parte do político.

resultado eleitoral desses deputados em diversos pleitos, a partir das informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, na ALMG e em diversos *sites* na *internet*.

A partir da análise desses deputados selecionados, percebeu-se que ao final das suas respectivas legislaturas apenas um dos deputados não quis se candidatar a nenhum cargo político, mas se licenciou durante o seu mandato para assumir o cargo de Secretário de Estado, permanecendo no mesmo por um ano. A ocupação de cargos comissionados por deputados que representam descritivamente grupos subalternos é considerada grande, sendo que cinco ocuparam esses cargos – tanto durante as legislaturas estudadas quanto após essas legislaturas – entre secretarias de estado e municipal e até mesmo ministérios, nas mais variadas áreas, como turismo, desenvolvimento, trabalho e meio ambiente. Essa ambição foi enquadrada aqui como progressiva, mesmo no caso da secretaria municipal, uma vez que o município em questão é de médio porte. Além disso, estar em uma secretaria implica controle de orçamento, o que indica certo poder institucional.

Quando se consideram as eleições durante ou imediatas às legislaturas selecionadas, percebe-se uma ambição estática entre a maioria dos deputados, pois sete deles buscaram a reeleição ao cargo de deputado estadual. Isso pode estar vinculado ao que Rohde (2012) postulou e que foi mencionado anteriormente, para o qual a ambição estática é adotada devido aos riscos na estrutura de oportunidades, algo que pode ser maior entre os políticos que representam os grupos subalternos.

Já os outros deputados tiveram ambição progressiva, uma vez que dois se candidataram a deputado federal e outros dois a prefeito – a candidatura em nível municipal foi enquadrada como progressiva por se tratar de municípios de médio porte, além disso, cargos no executivo garantem o controle de recursos financeiros e de pessoal, sendo considerada uma ambição extra legislativa (Samuels, 2000). Deve chamar a atenção para o fato de que esses dois deputados que se candidataram a prefeito o fizeram ainda durante o cargo de deputado, algo que é possível no país, devido a não coincidência das eleições. Isso incentiva o político a se arriscar a um cargo no executivo municipal sem que perca o cargo em que está.

Tabela 4. Escolha de cargos nas eleições subsequentes aos mandatos analisados²¹

		Resultado eleitoral	
		Venceu	Perdeu
Cargo	Vereador (a)	0	0
	Prefeito (a)	1	1
	Deputado (a) estadual	4	3
	Deputado (a) federal	1	1 ²²

Elaboração própria

Contudo, desses deputados que se candidataram, cinco deles não conseguiram se eleger, dentre eles um dos que se candidatava a prefeito, três que tentavam a reeleição e um dos que tentou o legislativo federal, ficando como suplente e assumindo posteriormente pelo período de um ano. Dois deputados que tentavam a reeleição e perderam não se candidataram mais a nenhum cargo.

Além disso, analisando não apenas as eleições imediatamente seguintes, apreendeu-se que sete deputados se candidataram em outras eleições. Percebe-se que três deles possuíam uma ambição progressiva, pois um se candidatou a prefeito e dois a deputado federal. Dois apresentaram uma ambição regressiva²³, pois se candidataram ao cargo de vereador e outros dois tiveram uma ambição estática, tentando mais uma vez uma cadeira no legislativo mineiro. Isso mostra que nas eleições mais distantes há uma variedade maior de cargos pretendidos pelos deputados. Considerando o resultado dessas eleições, percebe-se que os dois que tentaram o legislativo federal venceram, assim como um dos que tentou mais uma vez o legislativo estadual, os outros não conseguiram êxito em suas candidaturas.

²¹ Nessa tabela não são considerados os cargos de secretário e ministro.

²¹ O político que perdeu na disputa para o legislativo federal acabou assumindo esse mesmo cargo posteriormente, como suplente.

²³ Vide Leoni, Pereira e Rennó (2003).

Tabela 5. Escolha de cargos em eleições distantes dos mandatos analisados²⁴

		Resultado eleitoral	
		Venceu	Perdeu
Cargo	Vereador (a)	0	2
	Prefeito (a)	0	1
	Deputado (a) estadual	1	1
	Deputado (a) federal	2	0

Fonte: Elaboração própria.

Quando se realiza uma análise desagregada, considerando separadamente cada uma das categorias sociais aqui selecionadas, apreende-se que os deputados que representavam descritivamente os negros possuíam, em sua maioria, ambição estática. Dentre esses que se candidataram mais uma vez ao cargo de deputado estadual, metade não conseguiu se reeleger. Dois deputados apresentaram ambição progressiva, sendo que um se candidatou a deputado federal e venceu em duas eleições subseqüentes e um assumiu como secretário estadual. É interessante observar que todos os que apresentaram uma ambição estática não se candidataram a outros cargos em eleições posteriores.

Quando se observa os deputados que representavam descritivamente os trabalhadores subqualificados – como metalúrgicos, auxiliares de escritório, dentre outros – é importante chamar a atenção para o fato de que a quantidade desses políticos nas duas legislaturas estudadas é baixa, sendo difícil determinar uma tendência quanto a essa categoria. Entre esses poucos representantes, dois possuíam ambição estática, sendo que um deles não conseguiu se reeleger e não disputou mais cargos políticos. Um deputado possuía ambição progressiva e conseguiu se eleger para o cargo de prefeito, contudo tentou regressar ao cargo de deputado estadual em eleições posteriores, mas não foi vitorioso. Chama a atenção que nenhum dos deputados dessa categoria profissional conseguiu cargos comissionados em todo o período de análise.

Quando se analisam exclusivamente as mulheres, apreende-se que todas se candidataram nas eleições subseqüentes às legislaturas analisadas, sendo que quatro das seis tentaram se reeleger, apresentando uma ambição estática, enquanto duas tinham ambição progressiva, se candidatando ao legislativo federal. Três delas conseguiram vencer as eleições – duas em nível estadual e uma para o federal. Quando se analisa o estado civil dessas deputadas não é possível pressupor a tendência de mulheres divorciadas se candidatarem a cargos mais elevados, como apresentado por outros estudos, uma vez que entre as deputadas que apresentaram ambição

²⁴ Nessa tabela não são considerados os cargos de secretário e ministro.

progressiva, uma era casada e outra era divorciada; entre as que tinham ambição estática duas eram casadas, uma divorciada e outra era solteira. Algo que chama a atenção entre essas mulheres são as eleições posteriores, pois duas das deputadas estaduais não se candidataram mais a nenhum cargo eletivo, duas apresentaram uma ambição regressiva – ou até mesmo discreta, considerando como uma retirada parcial –, se candidatando a cargos no legislativo municipal, sendo essas duas divorciadas, e duas, que eram casadas, se candidataram ao legislativo federal, vencendo a eleição.

Quando se analisa a ambição dos deputados, levando em conta os dois períodos escolhidos separadamente, apreende-se que os deputados selecionados da 11ª legislatura possuíam, em sua maioria, uma ambição progressiva, enquanto os da 17ª legislatura procuravam mais a reeleição, com isso, tinham, majoritariamente, uma ambição estática. Isso pode estar relacionado com o fato de que o campo político foi se tornando cada vez mais fechado e, ao considerarem o cargo ao qual se candidatariam, os deputados preferiam se manter naquele que já venceram, ponderando a chance de mais uma vitória, ao invés de se arrisarem a outros cargos.

4. Considerações finais

A partir da montagem do perfil dos deputados das 11ª e 17ª legislaturas da ALMG, confirmou-se o que era esperado: mulheres, negros e trabalhadores subqualificados estão pouco presentes nessas legislaturas, refletindo, possivelmente, barreiras para a inclusão desses grupos, uma vez que a seleção de candidatos reflete a preferência por perfis já presentes nos legislativos, reforçando os padrões de carreira política. Com isso, considera-se que um dos principais filtros para a entrada desses grupos nos espaços de decisão política são as estruturas de recrutamento e, ao não se discutir como elas se dão, não é possível pensar a entrada de novos atores no sistema político.

Quando se analisou os dados comparando os grupos ideológicos da direita, do centro e da esquerda, foram encontradas algumas uniformidades e diferenças. Nota-se que as três posições ideológicas se diferenciam com relação à ocupação e ao sexo, mas não se pode dizer que essas diferenças sejam radicais. Ainda, algumas tendências puderam ser confirmadas: os partidos de direita e centro tendem a ter políticos de posições sociais mais elevada, com mais profissionais liberais e empresários – o que nos leva a considerar que esses partidos recrutam aqueles com perfis diferenciados em relação à sociedade –, além disso, as mulheres e professores estão mais em partidos de esquerda e de centro. Enquanto outras tendências não puderam ser abalizadas, como o fato de que os negros e servidores públicos pudessem estar mais presentes nos partidos de esquerda.

Percebeu-se que, durante ou ao final das legislaturas estudadas, a maioria dos deputados selecionados possuía uma ambição estática, buscando a reeleição. Esse dado coincide com a média nacional, uma vez que, em estudo sobre a Câmara dos Deputados, Leoni, Pereira e Rennó (2003) constataram que 80% dos deputados, que estavam presentes na Casa no ano de 1998,

decidiram concorrer à reeleição. Essa porcentagem, encontrada pelos autores, é considerada a mais alta em comparação com outros países da América Latina. Aqui, o que chama a atenção é que ela ocorre entre os deputados que representam grupos marginalizados, uma vez que os autores citados não fazem essa distinção. Samuels (2000) já chamava a atenção para o fato de que aqueles mais vulneráveis eleitoralmente buscam concorrer à reeleição, o que pode ser um indício para a quantidade de deputados que representam grupos marginalizados possuírem ambição estática.

Já quando se observaram não apenas as eleições imediatas às 11ª e 17ª legislaturas, percebe-se uma variedade no tipo de ambição dos deputados, apresentando, inclusive, uma quantidade considerável de políticos com ambição progressiva. Sendo assim, os dados mostram que mesmo entre os deputados que representam descritivamente esses grupos subalternos, a ambição progressiva ocorre – tanto para deputado federal quanto para prefeitos de cidades de médio e grande porte – mostrando que as dificuldades e barreiras, que possivelmente esses grupos teriam no campo político, podem não influenciar na decisão de se candidatarem ao mesmo cargo ou a cargos superiores. Pesquisas mais aprofundadas sobre o tema se mostram importantes para buscar determinar o que leva esses atores a se arriscarem a cargos mais altos, considerando que esses não são os perfis preferências dos partidos para o lançamento de candidaturas.

Contudo, nas eleições analisadas verifica-se que a metade dos deputados não consegue se reeleger, independentemente do nível dos cargos que almejam, considerando que investigações mais a fundo merecem ser realizadas para saber o que determina esses resultados. Considera-se aqui, como uma hipótese, que é no resultado do pleito que as barreiras para a entrada no campo político mais atuam e não apenas na intenção de concorrer ao cargo. Entretanto, é necessária uma análise comparativa com outros perfis socioeconômicos para confirmar ou não essa hipótese.

Referências

Amora, Gustavo Freitas. 2008. *Raça e representação política: Uma análise das eleições para deputado federal no Distrito Federal, 2006*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) UnB, Brasília.

Araújo, Clara. 1998. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. UFSC. v.6, n.1.

_____. 2005. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 193- 215.

Braga, Maria do Socorro; AMARAL, Oswaldo E. do. 2013. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, vol. 21, nº 46.

Campos, L.A. 2015. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Raça e recrutamento político nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (2012). *Dados*, (57)2, p.689-719. DOI: 10.1590/00115258201556

Campos, Luiz; Machado, Carlos. 2015. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16.

_____. 2017. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 25, nº 61.

Florentino, Renata. 2008. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). *Revista de Sociologia Política*, vol.16, n. 30, p.45-63.

Fox, Richard L. e Lawless, Jennifer L. 2012. Entrando na arena? gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.8, p.129-163.

Gaxie, Daniel. 2012 [1980]. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8.

Johnson III, Ollie A. 2000. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-29, Dez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200001&lng=en&nrm=iso>.

Leoni, Eduardo; Pereira, Carlos; Renno, Lucio. 2003. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, vol.9, n.1, p.44-67.

Machado, Maria das Dores. 2012. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72.

Marengo, André. 1997. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, nº 33, p. 87-101.

_____; Serna, Miguel. 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *RBCS* Vol. 22 nº. 64, junho.

Miguel, Luis Felipe. 2003. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, n. 20, pp. 115-134.

_____; Biroli, Flávia. 2010. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3): 336, set.-dez.

_____; Marques, Danusa; Machado, Carlos. 2015. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, vol.58, n. 3, p.721-747

_____; Queiroz, Cristina Monteiro de. 2006. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 363-385.

Norris, Pippa. 1996. *Comparing democracies: elections and voting in the 21th century*. (Ed) L. LeDuc e R. Niemi. Sage Publications.

_____. 2007. Procesos de reclutamiento legislativo: una perspectiva comparada. In: E. Uriarte e A. Elizondo (coord). *Mujeres en política*. Barcelona: Editorial Ariel.

Oliveira, C. 1991. O Negro e o Poder no Brasil: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. *Caderno CRH*, suplemento, p.94-116.

Pereira, Carlos; Rennó, Lucio. 2001. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, vol. 44, nº2.

Perissinoto, Renato; Miríade, Angel. 2009. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. *Dados*, vol. 52, nº 2, p. 301- 333.

Pinheiro, Luana. 2007. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Rodrigues, Leôncio Martins. 2002. *Partidos, ideologia e composição social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro de Edelstein de Pesquisas Sociais.

_____. 2009. *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org.

Rohde, David W. 2012. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 8.

Samuels, David. 2000. Ambition and Competition: Explaining Turnover in the Brazilian Chamber of Deputies. *Legislative Studies Quarterly*, 25(3): 481-497.

Schlesinger, Joseph A. 1966. *Ambition and politics: Political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally & Company.

Williams, M. S. 1998. *Voice, Trust and Memory: marginalized groups and the failings of liberal representation*. Princeton: Princeton University.

Young, Iris Marion. 1990. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.